



ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!

8 de Novembro de 2007



Há mais de dois anos que a Condição Militar está submetida a um ataque vil e feroz por parte do Governo e com o apoio explícito ou implícito de militares colocados em pontos estratégicos para neutralizarem ou mesmo destruírem as trincheiras de defesa e resistência da Família Militar.

Cuidam certamente, que a destruição do sistema de retribuições do Estado à Família Militar, conquistado ao longo de gerações, como forma de compensação pelos onerosos deveres impostos por uma profissão de elevado risco, não os afectará amanhã. Há dias, um oficial general da Força Aérea reformado desabafava perante a degradação da ADM, dos serviços nos hospitais militares e a impossibilidade de assistência à sua esposa: "O que me vale é que já vivo poucos anos!"

Neste dois anos de forte repressão sobre os dirigentes associativos e outros militares por resistirem a este infame ataque aos direitos da Família Militar, já ouvimos um chefe militar afirmar que considerava ter regalias que já não faziam sentido (embora se tenha reformado e não tenha abdicado de nenhuma das regalias inerentes aos cargos que ocupou, nomeadamente do jubilatol!).

Qualquer militar ou outro cidadão pode abdicar dos direitos a que ele e a sua família têm direito. Porém nenhum chefe tem direito a abdicar dos direitos dos seus comandados e das suas famílias: é matéria de âmbito pessoal, socioprofissional, para a qual os chefes não detêm qualquer representatividade para negociarem, muito menos a troco de benesses, promoções e outras formas retributivas para si e para os da sua classe.

Perante o anúncio de mais uma iniciativa de visibilidade da resistência e da revolta da Família Militar perante o ataque aos seus direitos arduamente adquiridos, assistimos novamente a todo um conjunto de afirmações e promessas, dando por adquirido aquilo que já tinham dado como certo e garantido há precisamente um ano, pelas mesmas pessoas e com os mesmos processos.

Nos ramos mantêm-se os processos de pressão e intimidativos, destinados à desmobilização e obrigarem os militares do activo a desistirem da solidariedade e da luta pelos seus direitos. Na Marinha os Conselhos de Classe estão a ser suspensos para que sejam apreciados os militares que assinaram uma declaração individual fazendo suas as palavras do Vice-presidente da Direcção da ANS, solidarizando-se com aquele dirigente, no espírito do dever 23º do RDM.

Na Força Aérea já está um camarada demorado na promoção, apesar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra ter suspenso definitivamente toda a eficácia administrativa da pena de 5 dias de detenção que tinha sido alvo na sequência do Passeio do Nosso Descontentamento, exigindo o cumprimento da Legalidade Democrática e o pagamento da dívida do Estado à Família Militar superior a 1.000.000.000€ (mil milhões de euros).

Os Grupos de Trabalho continuam a funcionar, presididos por militares, à margem da lei, produzindo trabalhos com conclusões encomendadas por aqueles que os nomeiam, o Governo, e abrindo as defesas da Família Militar, permeabilizando-a e prejudicando-a na sua Condição Militar.

Do outro lado estão os dirigentes associativos, com um forte contributo da ANS, a resistirem, defendendo a coesão e a disciplina operacional das Forças Armadas e da Família Militar, integrando o seu descontentamento no rio de revolta e descontentamento que grassa no País.

A História julgar-nos-á a todos! Não tememos esse julgamento porque estamos conscientes e determinados a tudo fazer para que nos mantenhamos *Firmes e Unidos até que a Lei se Cumpra!!!*

20 de Novembro

Reunião de Sargentos, 20h30, Voz do Operário

Divulga e traz um amigo!